

RESUMO RELATO DE EXPERIÊNCIA

Eixo Temático: As mudanças no ensino da saúde e a contribuição das diferentes estratégias das políticas oficiais: Diretrizes Curriculares Nacionais, Pró-Saúde, PET-Saúde, Educação Profissional, UNASUS, Telesaúde e outras.

OS ACADÊMICOS DO PET-SAÚDE E A VIVÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Caracterização do problema

O controle social implica submeter o poder dos agentes políticos à regulação da sociedade, corrigindo eventuais desvios e responsabilizando os que se utilizarem indevidamente do poder que lhes foi outorgado pela mesma. Os fundamentos do controle social são o desenvolvimento da cidadania, a construção de espaços democráticos, o reconhecimento de interesses diferentes e contraditórios na sociedade, a construção de políticas, o desenvolvimento de programas e ações que beneficiem o conjunto da população, ação permanente, a vigilância pelo cidadão da ação do Estado objetivando o bem comum e contra a prevalência dos interesses privados. Há diversas possibilidades no desenvolvimento do controle social como um espaço para compartilhar saber, reforçar as potencialidades do sujeito, promover o planejamento participativo das ações em saúde e transformar agentes em atores.

O controle social e participação cidadã são semelhantes no aspecto de que ambos procuram conquistar direitos sociais e partilham dos mesmos valores.

A participação cidadã, no entanto, foca-se na busca da equidade social, da universalização dos direitos, na solidariedade. Objetivando a construção de uma democracia mais substantiva, de igualdade, de conquistas. O controle social, por outro lado, constitui-se em mecanismos de vigilância de agentes e instituições políticas que atuam nas estruturas de poder, e busca aperfeiçoar os mecanismos de controle da sociedade sobre o Estado e criar formas de controle da sociedade sobre ela mesma. Controle social do setor público prega a participação direta do cidadão nas decisões do Estado e na fiscalização de seus atos e políticas públicas.

O controle social do SUS compreende as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar na formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos na área social – saúde, educação, habitação, transporte, saneamento básico, trabalho/renda, entre outros.

Para cumprir os seus preceitos o SUS deve ser democrático, implicando a participação de todos os segmentos no processo de tomada de decisão, assim como no controle social sobre a execução das ações e serviços.

A participação política pode ser exercida de muitas formas, entre as quais a eleitoral ou partidária, dos movimentos sociais, de ação comunitária, manipulada por governos, de controle dos recursos e instituições estatais e das estruturas governamentais de decisão. Podendo ainda se manifestar de forma direta ou indireta, institucionalizada nas instâncias formais do Estado ou dentro dos movimentos da sociedade, e objetivando apenas exprimir-se ou interferir de fato nas decisões que estão sendo tomadas. O sentimento e a vontade de fazer parte desse processo democrático são os fatores em comum entre estas diferentes formas de participação.

Mas nem sempre esse desejo de envolvimento, de tomar parte e de aproximar o social do político está totalmente presente. Algumas vezes, mesmo em pleno exercício da democracia, o sentimento predominante é o da apatia, do afastamento e mesmo de impotência.

A motivação para que haja este sentimento de participação depende de diversos fatores, entre os quais o contexto histórico, político, e social do país e do local em que as

peças são inseridas. A vontade de participar do processo decisório deve estar baseada em valores relacionados às questões gerais da sociedade, e de interesse geral, para que não prevaleçam interesses particulares ou corporativos.

Descrição da experiência

A inserção dos estudantes desde as séries iniciais nos serviços de saúde e a aproximação com a comunidade é exigência comum das diretrizes curriculares nacionais da área da saúde. Considerando a necessidade de incentivar a formação profissional nas unidades básicas de saúde e a adequação dos serviços para o desenvolvimento de práticas pedagógicas no SUS, em 2008 os Ministérios da Saúde e da Educação instituíram o Programa de Educação pelo Trabalho à Saúde (PET-Saúde), destinado a fomentar grupos de aprendizagem tutorial na Estratégia Saúde da Família (ESF).

A Universidade de Passo Fundo (UPF), contemplada por meio de edital, iniciou seu projeto em março de 2009 e o PET-Saúde - Estratégia de Saúde da Família selecionou alunos dos cursos de enfermagem, farmácia, medicina e odontologia da UPF, que foram distribuídos em unidades de saúde do município. Na ESF do bairro Planaltina, atuam quinze alunos dos respectivos cursos e que realizam atividades semanais com os preceptores de cada área, buscando interagir multidisciplinarmente.

Cada equipe PET tem o compromisso de desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão em comunidades pré-definidas, com a supervisão direta de preceptores (profissionais da rede municipal) e orientação de um tutor (professor). Este relato descreve a experiência dos acadêmicos do PET-Saúde que atuam na Estratégia de Saúde da Família do Bairro Planaltina, em Passo Fundo/RS, sobre uma das ações de extensão desenvolvidas no local, no âmbito do controle social, na ocasião de um evento conhecido como "Microfone Democrático".

No dia 03 de julho de 2009, às 14:00 horas, no Centro Social Urbano do bairro Planaltina, aconteceu o programa de rádio transmitido por uma estação de rádio local, denominado "Microfone Democrático". Evento em que participaram muitas pessoas conhecidas da comunidade, dentre estas o presidente e o tesoureiro da associação de moradores do bairro, o coordenador do Centro Social Urbano, profissionais da ESF Planaltina, população em geral, vereadores do município e os acadêmicos do PET-Saúde.

Este evento tem como objetivo dar voz à população, para que esta tenha um espaço de discussão dos seus problemas e que possa cobrar das autoridades soluções para os mesmos, exercendo o controle social e a participação cidadã. A rádio divulga previamente o local, o dia e o horário que o evento ocorrerá nas comunidades. Além de fomentar a participação da comunidade em problemas locais e possíveis soluções, oportuniza a divulgação de talentos culturais locais com apresentações de música e dança, e exposição de artesanato, venda de lanches.

Os estudantes do PET-Saúde observaram a atividade, registraram com imagens e conversaram com os participantes para coletar informações acerca das percepções dos usuários sobre o evento. Para assegurar os princípios da Resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde, foram atendidos critérios de sigilo e confidencialidade das pessoas.

Efeitos alcançados

Para os acadêmicos do PET-Saúde foi uma oportunidade de divulgar o projeto e de estarem mais envolvidos com a comunidade, trocando experiências, fazendo parte de diferentes momentos de seu cotidiano, observando como a comunidade se organiza para exercer e reivindicar seus direitos. Exercitar a cidadania mesmo que fosse numa comunidade na qual não residíamos.

Nossa conversa com os moradores foi muito produtiva e rica em termos de coleta de dados e informações sobre o bairro e a população e, como já estávamos inseridos nesta comunidade, foi possível levantar algumas das principais necessidades dos moradores do bairro e complementar o diagnóstico e o perfil da população adstrita.

Um dos fatores facilitadores da ocasião foi que a nossa presença na comunidade já era um pouco conhecida, então tivemos maior liberdade para abordar as necessidades da população e, juntamente com esta, levantar alternativas e pensar em parcerias que poderiam aumentar as chances de resolubilidade dos problemas encontrados.

Recomendações

Um dos entraves para uma maior adesão ao evento foi ter sido realizado em um dia da semana e em um horário em que a maioria da população estava trabalhando, restringindo o alcance das ações.

Outro fato percebido foi que poucas pessoas foram até o microfone da rádio, o que resultou em poucas manifestações dos moradores em relação à cobrança por resolução de problemas. Esta maturidade política dos cidadãos precisa ser mais compreendida e praticada. Indubitavelmente os profissionais de saúde representam lideranças importantes neste processo de educação permanente dos representantes comunitários para o verdadeiro exercício do controle social como um dos princípios do SUS.

Mesmo assim, o que pareceu ser mais importante para as pessoas e que teve maior quantidade de manifestações semelhantes foram as questões relativas à infra-estrutura e pavimentação de algumas ruas. Outras melhorias solicitadas seriam quanto a: um local para a prática de esportes e lazer; disponibilidade creches; melhoria da segurança pública.

Quanto à representação de autoridades públicas, no caso, alguns vereadores municipais, esta pareceu ser meramente política, pois os presentes demonstraram pouco comprometimento em relação aos encaminhamentos e resolução dos problemas apresentados.

Nesta oportunidade, percebemos que há muitos entraves ao controle social do SUS a serem superados, o que evidencia que embora a teoria seja muito louvável, a prática nem sempre funciona tão bem.